SciELO Preprints

Estado da publicação: O preprint foi publicado em outro meio.
DOI do preprint publicado: https://doi.org/10.9771/ccrh.v39i0.70393

As classes sociais e a dinâmica da sociedade capitalista na ontologia materialista de Postone

Paulo Henrique Furtado de Araujo

https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15839

Submetido em: 2026-04-15
Postado em: 2026-04-17 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15840

Resúmen: El presente artículo defiende el enfoque metodológico interpretativista como fundamental para la ciencia política contemporánea. Señalamos su base constitutiva en el lenguaje; cuestionamos la equivalencia directa con las investigaciones cualitativas; discutimos su lógica abductiva y su conexión con una serie de enfoques metodológicos. Defendemos que, guiado por el rigor, el enfoque interpretativista no se reduce a un momento final o de análisis de datos, sino que se refiere a una postura metodológica que acompaña la ejecución de todas las fases de una investigación. A partir de ejemplos, destacamos que la comprensión de una serie de fenómenos puede verse beneficiada por enfoques interpretativos, capaces de arrojar luz sobre aspectos que con frecuencia son pasados por alto por otras perspectivas
Palabras clave: Metodología; interpretativismo; ciencia política.

INTRODUÇÃO

"Neither 'qualitative' nor 'interpretive' means 'impressionistic.' Along with procedural systematicity, the work entails a 'philosophical rigor' – a rigor of logic and argumentation – rather than merely a procedural 'rigor'"
(Dvora Yanow)

Intensos debates metodológicos atravessam a consolidação da Ciência Política como área disciplinar no Brasil. Eles se ligam às mudanças provocadas pela inserção de novos objetos empíricos e questões de pesquisa, bem como a renovadas preocupações epistemológicas para o campo, não mais restrito ao estudo das instituições formais e do comportamento político. Ao longo dos anos, as alterações na área trouxeram maior atenção às formas qualitativas de observar e apreender os fenômenos políticos e uma série de técnicas, como análise de conteúdo, rastreamento de processos (*process tracing*) e análise qualitativa comparada, passou a integrar os currículos da pós-graduação e a própria produção científica brasileira.

No entanto, as técnicas vistas como rigorosas e atuais no *mainstream* da Ciência Política vinculam-se, majoritariamente, a uma certa compreensão de ciência que ainda não acomoda, em grande medida, as chamadas abordagens interpretativistas. Buscamos, aqui, contribuir para o debate em contexto nacional, ampliando a defesa das técnicas e desenhos de pesquisa disponíveis através do reconhecimento do paradigma interpretativista de forma mais explícita. Como enfatiza Yanow (2003), todas as investigações científicas nas Humanidades,

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15840

necessariamente, demandam algum grau de interpretação, entendido como um dos "passos" na execução de uma pesquisa. O interpretativismo, contudo, não se resume a um momento final ou de análise dos dados, mas diz de uma postura metodológica que acompanha a execução de todas as fases de uma investigação.

Neste texto, em um primeiro momento, pontuamos alguns aspectos do debate *quanti x quali* que marcaram a construção da área e, em seguida, apresentamos a contribuição de Dvora Yanow sobre o interpretativismo, a partir de suas premissas fundamentais. Para situar empiricamente a discussão, relacionamos tais premissas com trabalhos desenvolvidos nas ciências sociais brasileiras e, mais especificamente, no Margem – Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça (UFMG), do qual fazemos parte, que trabalha sob este prisma. Por fim, sintetizamos um conjunto de assertivas acerca da utilização da abordagem interpretativista na condução das pesquisas.

O DEBATE METODOLÓGICO NA CP BRASILEIRA: BREVE RECUPERAÇÃO

A recuperação dos debates metodológicos na Ciência Política brasileira passa pela menção a dois textos de autores canônicos, como já sinalizaram Leite e Feres Júnior (2021). Nos anos de 1990, Fábio Wanderley Reis defendia que os trabalhos da área, além de densa ancoragem teórica, deveriam adotar uma conduta "nomológica, sistemática e generalizante", a fim de se diferenciar de posturas jornalísticas, historiográficas e antropológicas. O treinamento mais efetivo em metodologias e técnicas, como as de *survey* citadas pelo autor, seria uma das formas de remediar os problemas de "idiografia" que circundavam, para Reis (1991), o campo de estudos no contexto nacional.

Na década seguinte, Gláucio Soares, no famoso texto sobre o calcanhar metodológico da Ciência Política, denunciava que as abordagens quantitativistas estavam perdendo lugar na área, sendo substituídas por abordagens qualitativas não rigorosas, ou nos termos do autor, por

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15840

trabalhos "apenas não-quantitativos ou anti-quantitativos" (Soares, 2005, p. 27). Essa ideia se fortaleceu em diversos cursos e debates da área em que o dito “quali” é frequentemente entendido como “não-método”.

Os anos de 2010 e 2020 apresentaram mudanças nestes diagnósticos, no que diz respeito à relação entre a apropriação "quanti e quali" e não mais "quanti *x* quali", sobretudo em virtude da defesa generalizada de processos de triangulação em abordagens de métodos mistos. Uma série de trabalhos acerca da produção acadêmica de cientistas políticos/as tem sinalizado essas mudanças, bem como buscado compreender o ensino de métodos na pós-graduação (Barberia. et. al, 2014). Neiva (2015), em mapeamento realizado entre 1996 e 2012, ainda indicava a pouca expressão quantitativa, mas Figueiredo e colaboradores (2020) já notaram, em levantamento realizado até 2019, um aumento no número de trabalhos empíricos quantitativos, mesmo que com "fragilidade metodológica". No caso das pesquisas qualitativas, os autores afirmam que elas se resumem às técnicas de entrevistas.

Leite e Feres Júnior (2021) discutem como as preocupações com as dimensões quantitativas da formação em Ciência Política permitem compreender que tipo de ciência é pensada ou efetivamente realizada na produção nacional. Segundo eles, trata-se de uma "concepção ortodoxa de cientificidade", que se ancora fortemente nas pesquisas empíricas, calcadas em testes de hipóteses, com a utilização recorrente de técnicas estatísticas e a busca por inferências causais. Partindo desses pressupostos, os autores elaboram um indicador de cientificidade para medir a presença de tais critérios nos artigos de revistas de alto estrato da área, e seus achados apontam a ausência dessas publicações "com elevados quocientes de cientificidade" (idem, p. 25). Os resultados de Leite e Feres Júnior (2021, p. 44) questionam o lugar do "metodologismo exagerado", nas palavras deles, e a "significância estatística e seu efeito quase mágico na garantia de cientificidade". Essa discussão abre espaço para abordar a validade de outras formas do estudo da política para além daquelas como a disciplina foi

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15840

incorporada no Brasil, com o reconhecido lastro na perspectiva americana (Neiva, 2015; Barberia et. al, 2014).

Nas últimas duas décadas, um dos principais marcadores dessa influência americana é a adoção, tardia no país, dos pressupostos derivados de King, Keohane e Verba (1994) como condição necessária para a construção metodológica em Ciência Política. A indispensabilidade da inferência, da adoção da comparação e da mobilização de procedimentos que possibilitem a replicabilidade para o rigor científico tem balizado o campo de forma substantiva. Se, por um lado, esse movimento possibilita um diálogo com uma parcela significativa dos pares fora do país e a maior padronização de um conjunto de investigações; por outro, sua pretensão de exclusividade prejudica a capacidade de produção analítica sobre vários fenômenos políticos. Nessa linhagem, o "qualitativo rigoroso" poderia ser ilustrado por técnicas como *process tracing*, *comparative-historical analysis* ou QCA (ver, por exemplo, Perissinoto e Nunes, 2023; ou Rezende, 2022).

Nosso argumento não é, obviamente, contra abordagens inferenciais que se adequam aos pressupostos supramencionados (seja na pesquisa quantitativa, na pesquisa qualitativa ou nas abordagens multimétodos). Argumentamos, contudo, pela possibilidade e necessidade de reivindicar rigor e qualidade analítico-compreensiva para outras abordagens que não habitam esse espectro epistemológico. Negar a diversidade de técnicas disponíveis e necessárias implica, ao campo, a redução de sua capacidade heurística, a privação da compreensão de fenômenos políticos caros ao contemporâneo e a exclusão, vivenciada de diversas formas, de muitas pesquisadoras e pesquisadores. Nesse caminho, ao contrário daqueles que reivindicam que a Ciência Política é o seu método, acreditamos que ela é uma área que se caracteriza por sua capacidade de observar, de compreender e de explicar processos que envolvem diversas relações de poder e formas de construção do político.

É a partir de um entendimento mais ampliado para pensar *o* político (Mouffe, 2007), não circunscrito às instituições políticas formais tradicionalmente analisadas – mas,

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15840

obviamente, sem excluí-las –, que buscamos contribuir com a apresentação da apropriação sobre Pesquisas Interpretativistas (que chamaremos de PIs, daqui em diante, a título de simplificação).

APRENDENDO COM DVORA YANOW: INTERPRETATIVISMO EM CIÊNCIA POLÍTICA

O interpretativismo acompanha de perto as formulações da Ciência Política. Muito forte no que se convencionou a entender como a "subárea da Teoria Política" (Feres Júnior, Campos e Assumpção, 2016), tal abordagem é empregada para dar conta dos significados de conceitos e ideias que conformam o campo político. Losso (2011) mostra como, no âmbito da produção teórica, o *interpretative turn,* ocorrido nos anos de 1960, foi fundamental para fazer frente a uma construção comportamentalista que ganhava destaque na área. Na trilha da virada linguística, *contexto*, *linguagem* e *significado* passaram a ser admitidos como centrais na compreensão científica dos eventos políticos, mas ainda muito próximos das reflexões realizadas no âmbito da História das Ideias e da História dos Conceitos (Jasmin e Feres Júnior, 2006). Para fins da nossa discussão, não estamos focados apenas na produção teórico-normativa da área, que já utiliza robustamente as perspectivas interpretativistas, muito embora argumentemos que a área de teoria não pode se furtar dos debates metodológicos em suas produções. Nosso foco neste texto é pensar desenhos de pesquisas empíricas que mobilizem fortemente a produção e análise de dados a partir desta abordagem.

Para isso, o ponto de partida das PIs é sua relação crítica com o modelo positivista incorporado na Ciência Política como regra da boa ciência (Marsh e Furlong, 2002)[1]. A

[1]Assim como outros pesquisadores (ex.: Bevir e Rhodes, 2002), Marsh e Furlong contrastam explicitamente pesquisas interpretativistas com o positivismo e o realismo (do qual se colocam como adeptos), realçando as diferenças ontológicas entre as abordagens. Não é nosso intuito, aqui, realizar o debate entre essas abordagens e, portanto, não buscaremos uma reconstrução de cada uma delas. Nosso intuito é, apenas, o de apresentar uma discussão sobre a potencial riqueza do interpretativismo.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15840

abordagem interpretativista tem raízes diversas que vão do pragmatismo norte-americano ao feminismo, passando pela etnomedodologia, pela fenomenologia, pela teoria crítica Frankfurtiana, pela hermenêutica e por alguns desdobramentos contemporâneos do pós-estruturalismo. O interpretativismo busca expandir o foco da ciência para além da explicação causal (*erklaren*), centrada em leis gerais e predição, ao avançar perspectivas mais calcadas na compreensão (*verstehen*), que busca discutir sentidos em seus contextos e as interpretações de agentes a suas experiências. Nos termos de Yanow (2006b, p. 10), *verstehen* não é qualquer compreensão, mas uma compreensão proativa feita "desde dentro" ("*from within"*). Procura-se, dessa maneira, explicitar o tácito, fazendo avançar a compreensão situada do mundo.

Salienta-se, nesse contexto, uma importante questão de ordem epistemológica: o interpretativismo não se pauta pelos mesmos critérios de validação e replicação que guiam os estudos positivistas. Na trilha do pragmatismo, o paradigma interpretativista é antifundacionalista, e defende que o rigor científico não deriva do teste gerado pela "verdade" do mundo, por compreender que o mundo não é concebível independentemente de significados.

> Somos criaturas que atribuem significados. Nossas instituições, nossas políticas, nossa linguagem, nossas cerimônias são criações humanas, não objetos independentes de nós. Portanto, uma ciência humana (ou social) precisa ser capaz de abordar o que é significativo para as pessoas na situação social em estudo. É esse foco no significado, e as implicações desse foco, que os diversos métodos interpretativos compartilham (Yanow, 2006b, p. 9, tradução nossa).

Assim, diferentemente do tradicional "controle de viés" da ciência positivista, os interpretativistas advogam pela necessidade de revelação da posicionalidade dos sujeitos. O "controle" da ciência tem dimensão intersubjetiva, que se viabiliza pelo reconhecimento dos lugares desde onde se fala. Parte-se da premissa da impossibilidade da neutralidade e do reconhecimento de que o universalismo positivista frequentemente oculta a inscrição sócio-histórica dos sujeitos concretos e específicos que produzem a ciência e os interesses que

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15840

alicerçam as empreitadas de investigação. Este ponto é, há décadas, enfatizado pelas teóricas feministas e decoloniais (Harding, 1993).

> Estudar o "mundo da vida" (o *lebenswelt* da fenomenologia) dos membros do local de pesquisa, e os artefatos políticos, organizacionais e/ou comunitários que eles incorporam com significado, como a hermenêutica argumentaria, requer uma descentralização da especialização por parte do pesquisador: o acesso ao conhecimento local das condições locais muda o papel de especialista do pesquisador - de uma especialização técnica-racional no assunto para uma especialização no processo; é um gesto radicalmente democrático (ver Dryzek 1990, Schneider e Ingram 1997, Yanow 2000, 2003) (Yanow, 2003, p. 11, tradução nossa).

Fundamentalmente, pesquisas interpretativistas têm forte proximidade com teorias, às quais alimentam e das quais se alimentam. Os processos de análise, dessa forma, envolvem um permanente cotejamento dos achados empíricos com questões candentes para a literatura das abordagens teóricas que balizam a escrita do trabalho. Se, por um lado, a teoria não deve limitar e tolher a possibilidade de o/a pesquisador/a encontrar novas questões que possam ser teorizadas ou aprimoradas teoricamente, por outro, a densidade teórica é um lastro importante para o desenvolvimento das análises interpretativas. Ercan et al. (2017), por exemplo, apontam as abordagens interpretativas como as principais bases para o aprimoramento da teoria deliberativa nas últimas décadas.

É possível destacar *seis pontos específicos* na condução deste tipo de pesquisa. O *primeiro* deles é que pesquisas interpretativistas e pesquisas qualitativas não são sinônimos: estas não podem ser reduzidas àquelas nem vice-versa. Essa distinção entre as duas abordagens, por vezes não tão clara à área, foi incorporada por Sátyro (2022), dentro de seu conjunto de orientações para escritas de projetos em Ciência Política no contexto brasileiro. É possível admitir, inclusive, a articulação de dados quantitativos e dados qualitativos dentro de enfoques interpretativistas, ao mesmo tempo em que técnicas qualitativas são perfeitamente compatíveis

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15840

com o positivismo, como demonstram, de forma explícita, o caso do *Process Tracing* e da QCA.

Em *segundo lugar*, há mudanças significativas na linguagem do fazer científico. Interpretativistas não se pautam pelo teste de hipóteses – o que não implica, de forma alguma, que renunciem à necessidade de bons desenhos de pesquisa.

> (...) é prática metodológica aceita não iniciar um estudo desse tipo com uma hipótese formal, que é então "testada" em relação às "realidades" do campo. Os pesquisadores dessa modalidade geralmente iniciam seu trabalho com o que pode ser chamado de "palpites" informados, fundamentados na literatura de pesquisa e em algum conhecimento prévio do ambiente de estudo. Permite-se (na verdade, espera-se) que o entendimento e os conceitos surjam dos dados à medida que a pesquisa avança (Yanow, 2003, p. 10, tradução nossa).

Na mesma linha, estão as contribuições de Ercan et al. (2017, p.198, tradução nossa), que ressaltam a lógica abdutiva das PIs, para as quais não se busca "testar hipóteses extraídas da teoria ou de estudos anteriores (...) A pesquisa pode começar com um quebra-cabeça vivenciado no mundo social ou político ou observado em debates teóricos".

Além disso, *como terceiro ponto***,** ressaltamos que os interpretativistas se relacionam com a empiria não, fundamentalmente, no sentido da *"coleta",* mas de uma "*produção"*. No interpretativismo, dados não existem *in natura* para serem raspados, mas são sempre produzidos ao longo de um processo de pesquisa, por atores em contextos específicos e atravessados por recursos e constrangimentos concretos. Yanow (2006b) pondera, ainda, que as ideias de "cruzamento de variáveis" e a distinção de "*big*" e "*small n*" não fazem sentido na lógica das PIs. O enquadramento que define o interpretativismo com pesquisa de "n pequeno" é tipicamente positivista. Olhar para poucos casos ou sujeitos não implica, necessariamente, um número reduzido de observações.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15840

Nesse sentido, também a forma da produção de dados considera as diversas singularidades envolvidas com os atores com os quais se estabelecem encontros. Por isso, é pouco produtivo, nesta abordagem, ir a campo, por exemplo, com um único roteiro de entrevistas que se aplique a todos atores a serem ouvidos. Ainda que roteiros sejam semiestruturados e passíveis de adaptação ao longo das entrevistas, uma pesquisa interpretativa rigorosa parte de levantamentos prévios do contexto e dos atores a serem estudados. E, como já levantado, as questões de pesquisa não necessariamente se manterão as mesmas após as interações. Em artigos sobre assimetrias informacionais (Motta e Mendonça, 2023) e temporalidades de conflitos ambientais envolvendo a mineração (Motta e Mendonça, 2022), por exemplo, não partimos de questões sobre os processos serem longos ou curtos demais, ou se eles tinham acesso a todas as informações necessárias para se posicionar nas situações. Essas questões surgiram, de forma difusa, ao longo do trabalho de campo, em traços de conversas mais amplas sobre conflitos ambientais envolvendo a mineração. Foram capturadas a partir de movimentos analíticos (interpretações) a fim de responder a outras questões.

Em *quarto lugar*, não se podem confundir técnicas de produção de dados com técnicas de análise de dados. Pesquisas interpretativistas podem acomodar um grande conjunto de técnicas metodológicas. Fazer entrevistas, grupos focais ou etnografia não é o mesmo que construir uma pesquisa interpretativa. Técnicas de geração de dados contribuem para o delineamento da pesquisa, mas não devem ser vistas como definidoras de abordagens metodológicas. As três técnicas de "coleta" supramencionadas podem, inclusive e perfeitamente, alimentar pesquisas positivistas. Analiticamente, mais do que a expressão de uma técnica específica de produção ou de análise de dados, a PI se guia pela busca por compreensão de significados e pela centralidade da linguagem:

> Para os interpretativistas, quer afirmemos explicitamente que estamos usando uma ou outra escola de análise do discurso ou não, a linguagem é fundamental para a comunicação dos significados e suas contestações. A maioria das análises

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15840

> interpretativas gira em torno da questão do significado da linguagem, para quem ela tem significado, quais são esses significados etc. (Yanow em entrevista a Valenzuela, 2012, p. 121, tradução nossa).

Nas PIs, a análise dos dados não é mera transcrição de entrevistas ou mera descrição de imagens ou de observações de campo - ainda que descrições de aspectos contextuais, como já levantado, sejam fundamentais para a compreensão dos fenômenos analisados. Não se espera de uma análise interpretativa baseada em entrevistas, por exemplo, o mero sequenciamento de falas capturadas. É concebível, inclusive, que o pesquisador opte por mobilizar poucas falas no produto da pesquisa (artigo, tese ou capítulo de livro), na medida em que as análises textuais podem ser fruto da interpretação do pesquisador das múltiplas contribuições coletadas em campo – e não uma mera soma do conjunto de falas, fatos e cenas capturadas. Como pontua Staggenborg (2022, p. 10), há uma "enorme tentação na investigação qualitativa de querer que os dados 'falem por si'", contudo é necessário "muito trabalho para desenvolver ideias teóricas, utilizando e ampliando a literatura existente e comparando diferentes observações e casos entre si".

O trabalho intermediário de organização do material de campo é por vezes bastante demorado e fisicamente exaustivo (como revisão de caderno etnográfico, transcrições e categorização de sequências comuns das entrevistas, por exemplo), e tem contribuição fundamental numa posterior construção das análises. Com frequência, experimentações analíticas primárias/intermediárias precisam ser feitas, expostas e criticadas para se avançar na construção das interpretações mais maduras. Nesse sentido, no bojo do mesmo trabalho citado acima sobre conflitos acerca da mineração em Minas Gerais (Motta, 2021), a estruturação dos fatores que explicam o constrangimento do debate público sobre mineração (a pergunta da pesquisa), surgiu a partir da escrita de alguns mini-relatos etnográficos dos diferentes conjuntos de atores entrevistados na pesquisa de campo (18 numa fase e 24 em outra) e da discussão

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15840

desses relatos com outros pesquisadores. Esses relatos de natureza descritiva propiciaram o giro interpretativo que orientou a redação das análises posteriores.

Como *quinto ponto* a ser considerado, lembramos da capacidade das análises interpretativas de se conectarem a uma série de métodos e abordagens que se ancoram na linguagem. Esse diálogo possibilita, por exemplo, interpretar como discursos – tidos como modos compartilhados de entender o mundo encarnados em linguagem – possibilitam o entendimento, orientam ou constrangem conjuntos de práticas de grupos e atores (Fairclough, 2003). Em diálogo com análises de enquadramento, essas abordagens permitem compreender como determinados recortes da realidade são realizados para possibilitar a interação entre pessoas, grupos e instituições, seja em interações face-a-face, em arenas amplas ou em práticas midiáticas (Mendonça e Simões, 2012; Sarmento, 2017).

A partir de abordagens etnográficas, é possível trabalhar, dentre outros aspectos, processos de competição simbólica por poder e hegemonia cultural, com análises sistemáticas que tenham foco não só em fatores/variáveis, mas em processos que ligam fatores/variáveis e os resultados (Kubik, 2009). Em uma sociedade altamente imagética como a atual, abordagens interpretativas ainda possibilitam trabalhar com análise de imagens para além da contagem de elementos ou descrição de cores presentes nas mesmas, possibilitando, por exemplo, uma ponte entre estética e política institucionalizada ainda pouco desenvolvida pela área (Mendonça et al., 2021; Chagas, 2021). Para citar um exemplo, a dissertação de Caetano (2022) ressignifica o conceito de populismo a partir da ideia de paródia construída com base em uma seleção de imagens postadas por Bolsonaro em seu Instagram e sem recorrer, para tanto, à análise de conteúdo.

Mesmo métodos que tendem a operar com premissas positivistas podem, eventualmente, ser mobilizados a partir de perspectivas interpretativas. Pouliot (2015), por exemplo, defende que tanto adeptos do *process tracing* quanto do interpretativismo podem estar interessados em narrar os desdobramentos das histórias e em desagregar essas histórias

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15840

em segmentos temporais. A partir de uma ênfase no rastreamento de *práticas* – como conjunto de ações conduzidas por atores sociais, sendo parte do ecossistema social –, poderia ser construído um "*process tracing* interpretativo", ou o que ele chama de *practice tracing*. A grande questão seria conseguir rastrear práticas para a identificação de mecanismos. Nesse rastreamento identificar-se-iam, sobretudo, discursos que dão evidências às práticas. "Em outras palavras, *pratice tracing* combina uma sensibilidade indutiva (e interpretativa) com um compromisso com a generalidade analítica" (Pouliot, 2015, p. 238).

Por outro lado, não consideramos a análise de conteúdo categorial (Kripendorff, 2018; Sampaio e Lycarião, 2021) como abordagem interpretativa. Apesar de reconhecermos o grande salto de produtividade e de internacionalização de algumas áreas de pesquisa no Brasil a partir da adoção da técnica – principalmente na comunicação política –, não avaliamos que a possibilidade de criar categorias que possibilitem a mensuração sistemática da ocorrência de termos, interpretações ou enquadramentos é a única forma adequada de garantir sistematicidade e qualidade às pesquisas qualitativas. Reconhecemos a relevância do método, do qual inclusive já fizemos uso em algumas de nossas pesquisas, para trabalhar grandes amostras de dados (como textos jornalísticos, documentos, entrevistas, postagens de mídias sociais etc.) e para responder a questões de pesquisa específicas que dependem da constatação da ocorrência de diferentes proporções dos pontos analisados. É possível que essas mensurações apontem questões que podem ser aprofundadas a partir de análises interpretativas posteriores. Porém, não acreditamos que todas as questões do campo da comunicação política, por exemplo, possam ser respondidas por ela. O seu uso indiscriminado pode limitar a produção de investigações sobre questões não cobertas pelo método. Recomendar *apenas* o uso da análise de conteúdo categorial como forma de enquadrar desenhos de pesquisa qualitativas ou interpretativas em boas práticas é negligenciar outras modalidades e técnicas capazes de responder a problemas de pesquisa de forma rigorosa. Isso tende a forçar a adoção de problemas

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15840

de pesquisa não por aquilo que aparece na realidade social, mas por aquilo que determinado método é capaz de responder.

Como *sexto e último ponto*, é fundamental salientar que a pesquisa interpretativa não é desatenta à centralidade do rigor e à possibilidade de replicação. Yanow (2003; 2006a) enfatiza, contudo, que há uma leitura bastante singular do que significa realizar uma pesquisa rigorosa na perspectiva positivista, a qual se pauta por um protocolo metodológico universal que não se mostra flexível e que opera com variáveis bem delimitadas, hipóteses prévias e testes que possam ser replicados. A compreensão de rigor dos interpretativistas é distinta e se pauta por critérios capazes de acomodar a flexibilidade necessária para "compreender *from within*". Como já defendia Bourdieu (2002, p. 26), "a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a *rigidez,* que é o contrário da inteligência e da invenção, com o *rigor,* e se ficar privado deste ou daquele recurso". Nessa trilha, Bevir e Rhodes (2002, p. 142) argumentam que os critérios de precisão, abrangência, consistência e capacidade de abrir novas agendas são fundamentais para julgar a qualidade dos estudos.

ALGUNS EXEMPLOS COM A PESQUISA INTERPRETATIVISTA

Diante dos pressupostos discutidos acima, entendemos necessário apresentar algumas ilustrações de pesquisas que operam fora da ortodoxia da ciência política para jogar luz sobre aspectos altamente relevantes para a compreensão do Brasil contemporâneo.

O trabalho etnográfico de Caio Pompeia sobre o processo de formação da "concertação política" do agronegócio, a partir da relação de instituições como o Instituto Pensar Agropecuária (IPA), empresários do setor, e a respectiva bancada ruralista no Congresso é uma contribuição importante desenvolvida sobre um campo político que é chave para compreensão de transformações de aspectos econômicos, ambientais e de formação de coalizões no país atual (Pompeia, 2021a, 2021b, 2022). Mais que dados sobre mecanismos institucionais ou sobre

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15840

cifras envolvidas na construção do lobby, são fundamentais os apontamentos que o autor faz sobre processos internos de construção de justificação pública sobre a relevância do setor – o nascimento e a consolidação da ideia de que o "agro é pop, agro é tudo" – e do questionamento de argumentações pró-direitos indígenas e ambientais, que ganharam forma na esfera pública ao longo da década de 2010. A pesquisa etnográfica de Pompeia evidenciou uma articulação de atores - via Instituto Pensar Agro - extremamente relevante e pouco compreendida, inclusive porque um dos objetivos de parte das suas lideranças é ser invisível na esfera pública, como o pesquisador discute nos achados de seus trabalhos.

Ao acompanhar os atores deste setor por meio de entrevistas, análise documental e um ano de trabalho de campo junto ao IPA e no Congresso, Pompéia foi capaz de levantar aspectos como a capacidade deles de administrar conflitos a portas fechadas e *produzir* "consensos" possíveis de serem encenados publicamente. O trabalho ainda destrinchou o processo de racionalização do debate político sobre questões de interesse dos atores - que optaram, na última década, por trabalhar em cima de questões abrangentes, revestidas de conhecimento técnico e apoio parlamentar, evitando temáticas que suscitam divisões internas. O que o autor revela é a construção de um processo de representação consolidado pelo conceito de concertação, e fortemente atravessado por processos calcados na linguagem – a figura da *sinédoque,* por exemplo emerge na análise enquanto fundamental para explicar as operações em que o grupo projeta, por exemplo, ser maior, mais homogêneo e mais relevante do que é de fato.

Camila Rocha (2018), por sua vez, ressalta o quanto a mobilização de entrevistas em profundidade desde uma perspectiva etnográfica foi fundamental para o seu mapeamento acerca da "nova direita" que emergiu no país na última década. A autora relata o quanto a postura etnográfica de escuta genuína e respeito à compreensão de mundo dos entrevistados (tão díspar do seu) permitiu o entendimento das razões de engajamento político e posicionamento das pessoas envolvidas nos grupos analisados. Rocha (2018, p. 40) enfatiza

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15840

que buscou observar o "universo [desses atores] e tentar olhar a realidade com seus olhos, a partir de suas experiências de vida e trajetórias", possibilitando deixar ver, por exemplo, "sentimentos de marginalidade e exclusão frente a públicos dominantes", que hoje são centrais em outros estudos que miram o fenômeno da consolidação da extrema direita no Brasil. A pesquisa de Rocha foi capaz, assim, de compreender como se deu a construção do contrapúblico ultraliberal-conservador brasileiro, que esteve diretamente envolvido em processos como o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. Mais do que descrever como esse grupo se formou, ou mesmo explicar suas causas, o trabalho buscou compreender o fenômeno, antecipando várias questões que passariam a ser investigadas, a partir de 2018, para buscar responder os motivos da eleição de Bolsonaro.

As pesquisas conduzidas por Pompeia e Rocha fazem uso de elementos caros ao interpretativismo. Elas buscam compreender fenômenos políticos extremamente vívidos da sociedade contemporânea, oferecendo insumos para muitos outros estudos. Eles também contemplam os já mencionados critérios de abrangência, consistência e capacidade de abrir novas agendas defendidos por Bevir e Rhodes (2002) como parâmetros para confirmar a qualidade de boas pesquisas. Gostaríamos de somar a essas duas investigações tão importantes mais um exemplo de pesquisa interpretativista desenvolvido no interior do grupo de pesquisa que integramos. O Margem – Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça, sediado no Departamento de Ciência Política da UFMG, desenvolve pesquisas com a abordagem interpretativa há mais de uma década.

Optamos por apresentar um exemplo específico de uma pesquisa sobre os protestos de Junho de 2013 no Brasil, a qual contou com a participação de estudantes e pesquisadores em diferentes níveis de formação. O projeto realizou 50 entrevistas semiestruturadas com ativistas em Belo Horizonte e São Paulo, que alimentaram muitas trilhas interpretativistas. Inicialmente, e de forma deliberada, a pesquisa buscou se afastar da tentativa de explicar os fatores causais e mecanismos que conduziram a Junho de 2013, preferindo interpretar as disputas simbólicas

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15840

entre diferentes atores políticos pela interpretação das causas de junho e suas tensões (Sarmento, Reis e Mendonça, 2017), o que ajudou a construir os diferentes horizontes de possibilidade para o futuro de 2013 (Mendonça e Simões, 2022). Na sequência, o projeto buscou explicar a força daquelas manifestações e o processo de construção de algum sentimento de coletividade a atravessar fenômeno tão diverso e ideologicamente ambivalente. As entrevistas nos indicaram a importância de um sentimento generalizado de protagonismo que marcava a interpretação de diversos atores sobre Junho (Mendonça e Figueiredo, 2019). Elas indicaram, ademais, que mais do que ideologias e objetivos, uma experiência de compartilhamento espaço-temporal fora central para o sentido de coletividade que ativistas atribuem àquele caos (Mendonça, 2017).

Em cada um desses passos, a busca é por compreender as camadas de sentido que diferentes atores atribuem ao processo, para refletir ("from within") sobre as implicações dessas interpretações nos próprios desdobramentos do fenômeno. Nesse sentido, outro passo do projeto procurou entender o que aquelas e aqueles que foram entrevistados entendiam por democracia, já que tantos sentidos se viram atribuídos ao termo. A discussão se insere diretamente em uma problematização teórica (as diferentes formas de compreender a democracia), mas não busca testar uma hipótese pensada a priori. A condução metodológica e análise dos dados procurou compreender *sentidos desde dentro*, oferecendo uma interpretação sobre as ambivalências a atravessar a crescente aposta, à esquerda e à direita do espectro político, em formas de ação direta que negavam possibilidades intermedidadoras e institucionais de promoção da democracia. Essas discussões ajudaram depois a estruturar um argumento conceitual sobre uma profunda transformação no repertório de conflito contemporâneo, em uma espécie de retorno ao repertório pré-movimentos sociais diagnosticado por Charles Tilly, mas numa sociedade profundamente alterada pelo cenário de abundância comunicativa (Mendonça e Bustamante, 2020).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15840

Os três exemplos apresentados aqui buscam ilustrar como o uso de abordagens interpretativistas pode contribuir para a estruturação de problemas de pesquisa não centrados na produção de inferências causais e não voltados, necessariamente, a testar hipóteses pré-estabelecidas. Há Ciência Política possível para além desses objetivos, e a compreensão de fenômenos sociais e políticos demanda várias estratégias de produção e análise de dados. Na empreitada coletiva de produzir ciência, não podemos abrir mão do rigor e é justamente em nome dele que precisamos assegurar a flexibilidade e a pluralidade necessárias ao ato de conhecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou contribuir com o debate metodológico atual acerca das pesquisas interpretativistas em Ciência Política, evidenciando suas características desde a construção dos desenhos de pesquisa, passando pela produção e análise dos dados. Apresentamos exemplos que utilizam tal perspectiva e sustentamos a necessidade de pensarmos as pesquisas para além de uma abordagem positivista tão marcante na área.

Não se trata de uma reivindicação pontual e localizada de nossa parte. Como pondera por um editorial de 2020 da *American Political Science Review*, diante de protestos do *Black Lives Matter*, ao se esquivar de questões sensíveis e abordagens metodológicas que escapam ao *mainstream*, a Ciência Política perde fôlego. "Acreditamos que a Ciência Política corre o risco de se tornar irrelevante se não puder ajudar a responder a essas perguntas extremamente importantes [que estavam em jogo naquele dia]" (APSR - Notes from the Editors, 2020, p. v, tradução nossa)[2]. O texto prossegue afirmando que o cânone da área tem trabalhado com pontos muito importantes, mas "não chega nem perto de esgotar a gama de perguntas que devemos

[2] "Notes from the Editors." 2020. American Political Science Review 114(4): v–vii. doi: 10.1017/S000305542000074X.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15840

fazer para realmente entender a política" (p. v). Para compreender questões que eventualmente têm aparecido como surpresas, mas que na verdade têm fervilhado há tempos fora de vista dos atores hegemônicos, é preciso "conversar" com pessoas e frequentar espaços que a área disciplinar eventualmente renega, e fazer uso de "abordagens, epistemologias e métodos que muitos cientistas políticos rejeitariam como inapropriados ou não aplicáveis" (APSR - Notes from the Editors, 2020, p. v, tradução nossa). É preciso, diríamos, compreender os fenômenos *desde dentro.* Em mais um trecho do editorial, o comitê da proeminente revista prossegue em suas críticas e receios relacionados ao estreitamento analítico-metodológico:

> (...) preocupamo-nos com o fato de que, com muita frequência, nossa disciplina opera com uma visão excessivamente restrita do que conta como Ciência Política. "Essa é uma ideia interessante, mas você precisa mudar seu foco para poder gerar inferências causais. Vamos repensar seu projeto." // "Não temos amostras grandes o suficiente para estudar as atitudes dos afro-americanos em relação a essas questões. Por que você não analisa as atitudes raciais dos brancos?"// "As pessoas não respondem honestamente às perguntas da pesquisa sobre sexualidade. Você deveria estudar outra coisa que não a política LGBTQ." // "Se você quiser estudar movimentos sociais, mude para a sociologia."// "Essa é uma pergunta normativa! Na Ciência Política, fazemos perguntas empíricas." // Sem dúvida, muitos leitores desta revista receberam conselhos nesse sentido de conselheiros, mentores e colegas bem-intencionados (APSR - Notes from the Editors, 2020, p. v, tradução nossa).

Nesse caminho, mesmo alguns pesquisadores que operam em áreas canônicas das Ciências Sociais, como a economia política, têm reforçado a necessidade de se analisar processos políticos em suas minúcias contextuais para dar conta de explicar questões como a concentração de riqueza em determinados extratos sociais, a formação de agenda e tentativas de construção institucional por grupos de interesse – via observação de elites, etnografia de

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15840

parlamentos ou grupos de interesse (ver, por exemplo, Hacker et al. 2022)[3]. A compreensão e a adoção de práticas interpretativistas pode, dessa forma, enriquecer várias frentes de investigação da Ciência Política.

Recebido para publicação em .

Aceito para publicação em .

Editor Chefe: Renato Francisquini Teixeira

DISPONIBILIDADE DE DADOS:

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA:

Rayza Sarmento - conceitualização, análise formal, investigação, metodologia, escrita - esboço original, escrita- revisão e edição.
Filipe Motta - conceitualização, análise formal, investigação, metodologia, escrita - esboço original, escrita- revisão e edição.
Ricardo F. Mendonça - conceitualização, análise formal, investigação, metodologia, escrita - esboço original, escrita- revisão e edição.

CONFLITO DE INTERESSE

Os(as) autores(as) declaram que não há conflito de interesse.

REFERÊNCIAS

BARBERIA, L.; GODOY, S.; BARBOZA, D.. Novas perspectivas sobre o'Calcanhar Metodológico': o ensino de métodos de pesquisa em Ciência Política no Brasil. *Revista Teoria & Sociedade*, v. 22, n. 2, p. 156-184, 2014.

[3]Nesse sentido, o interpretativismo guarda algumas similaridades com o novo institucionalismo histórico, como a recusa de parâmetros behavioristas como base explicação de fenômenos políticos.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15840

BEVIR, M.; RHODES, R. Interpretive Theory. In: MARSH, D; STOKER, G. (eds.) *Theory and Methods in Political Science*. Second Edition, London: Palgrave Macmillan, p. 131-152, 2002.

BOURDIEU, P.. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHAGAS, V.. Meu malvado favorito: os memes bolsonaristas de WhatsApp e os acontecimentos políticos no Brasil. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 34, n. 72, p. 169-196, 2021.

ERCAN, S. A.; HENDRIKS, C. M.; BOSWELL, J. Studying public deliberation after the systemic turn: the crucial role for interpretive research. *Policy and Politics,* v. 45, n. 2, p. 195–212, 2017

FAIRCLOUGH, N.. *Analysing discourse*. London: Routledge, 2003.

FERES JÚNIOR., J. ; CAMPOS, L.. A. ; ASSUMPÇÃO, S. . Teoria política normativa. In: Avritzer, Leonardo; Milani, Carlos; Braga, Maria do Socorro. (Org.). *A ciência política no Brasil:* 1960-2015. 1ed.Rio de Janeiro: FGV Editora; ABCP, p. 217-273, 2016.

FERES JÚNIOR, J.; JASMIN, M. . *História dos conceitos:* diálogos transatlânticos. Edições Loyola, 2007.

FIGUEIREDO, D. et al. Metodologias de pesquisa em ciência política: uma breve introdução. *BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 94, 2021.

HACKER, J. S., HERTEL-FERNANDEZ, A., PIERSON, P., THELEN, K. The American political economy: markets, power, and the meta politics of US economic governance. *Annual Review of Political Science*, 25, 197-217, 2022.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas*, p. 07-32, 1993.

KING, G.; KEOHANE, R.; VERBA, S.. *Designing social inquiry: S*cientific inference in qualitative research. Princeton university press, 1994.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15840

KRIPPENDORFF, K. *Content analysis: An introduction to its methodology*. Sage publications, 2018.

KUBIK, J. Ethnography of Politics: Foundations, Applications, Prospects. In.: SCHATZ, E. *Political Ethnography: What Immersion Contributes to the Study of Power*. Chicago, London: The University of Chicago Press, 2009.

LEITE, F.; FERES JR, J.. A ciência na ciência política brasileira. *Revista Brasileira de Ciência Política*, p. e222017, 2021.

LOSSO, T. A crítica de Charles Taylor ao naturalismo na ciência política. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, p. 91-101, 2011.

MARSH, D.; FURLONG, P. A Skin not a Sweater: Ontology and Epistemology in Political Science. In: _____.; STOKER, G. (eds.) *Theory and Methods in Political Science*. Second Edition, London: Palgrave Macmillan, p.17-41, 2002.

MENDONÇA, R.F.; SIMÕES, P.G. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* v. 27, p. 187-201, 2012.

MENDONÇA, R. F.; SIMOES, P. G. Junho de 2013 como acontecimento. In: Tavares, F; Ballestrin, L; Mendonça, RF. (Org.). Junho de 2013: Sociedade, Política e Democracia no Brasil. 1ed.Rio de Janeiro: EDUERJ, 2022, v. 1, p. 13-35.

MENDONÇA, R. F.; FIGUEIREDO, J. M. No olho do furacão: protagonismo e incerteza nas Jornadas de Junho de 2013. *Revista do Serviço Público*, v. 70, p. 735-754, 2019.

MENDONÇA, R. F.. Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 66, p. 130-159, 2017.

MENDONCA, R. F.; BUSTAMANTE, M. Back to the Future: Changing Repertoire in Contemporary Protests. *Bulletin of Latin American Research*, v. 39, p. 629-643, 2020.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15840

MOTTA, F.M. Constrangimentos ao debate público sobre mineração em Minas Gerais. Tese (Doutorado em Ciência Política), Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

MOTTA, F.M; MENDONÇA, R. F.. Temporalidades em disputa: uma leitura deliberacionista de conflitos ambientais. *Opinião Pública*, v. 28, p. 357-385, 2022.

MOTTA, F. M.; MENDONÇA, R. F.. Assimetria informacional, poder e sistemas deliberativos: uma análise de conflitos ambientais em Minas Gerais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 31, p. e008, 2023.

MOUFFE, C. *En torno a lo político*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007. NEIVA, P.. Revisitando o calcanhar de Aquiles metodológico das ciências sociais no Brasil. Sociologia, problemas e práticas, n. 79, p. 65-83, 2015.

NEUENDORF, K A. *The content analysis guidebook*. Sage, 2002.

PERISSINOTO, R; NUNES, W. *Introdução aos métodos qualitativos*. São Paulo, Edusp, 2023.

POMPEIA, C. CONCERTAÇÃO E PODER: O agronegócio como fenômeno político no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 104, p. e3510410, 2020.

POMPEIA, C. *Formação política do agronegócio*. Editora Elefante, 2021.

POMPEIA, C. Uma etnografia do Instituto Pensar Agropecuária. *Mana*, v. 28, n. 2, p. e282206, 2022.

POULIOT, V. Practice tracing. In: BENNETT, A; CHEKEL, J. (orgs) *Process Tracing: From Metaphor to Analytic Tool*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

REIS, F. W.. O tabelão e a lupa: teoria, método generalizante e idiografia no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 6, p. 27-42, 1991.

REZENDE, F.. Comparação em Ciência Política. In. PERISSINOTO, R. et. al. *Política Comparada: Teoria e Método*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2022.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15840

ROCHA, C. '*Menos Marx, mais Mises': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)*. 2019. Tese de Doutorado (Ciência Política). Universidade de São Paulo.

SAMPAIO, R.; LYCARIÃO, D.. *Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação*. Brasília, ENAP, 2021.

SARMENTO, R; REIS, S; MENDONÇA, R. F. As Jornadas de Junho no Brasil e a questão de gênero: as idas e vindas das lutas por justiça. *Revista Brasileira de Ciência Política,* n. 22, p. 93-128, 2017.

SARMENTO, R. *Das sufragistas às ativistas 2.0*: feminismo, mídia e política no Brasil (1921a 2016). 2017. Tese (Doutorado Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SÁTYRO, N. Dicas sobre como escrever projetos de pesquisa. *Conexão Política*, v. 11, n. 1, p. 7-43, 2022.

SCHWARTZ-SHEA, P; YANOW, D. *Interpretive research design: Concepts and processes*. Routledge, 2013.

SOARES, G. *O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil*. 2005.

STAGGENBORG, S. Studying a Movement Up Close: Grassroots *Environmentalism. Mobilization*, v. 27, n. 1, p. 1-12, 2022.

VALENZUELA, H. Interpretative Analysis and Political Science. An interview with Dvora Yanow. Pléyade, n. 10, p. 113-122, 2012.

YANOW, Dvora. Interpretive analysis and comparative research. In: ENGELI, I; ROTHMAYR, C. *Comparative policy studies*. Palgrave Macmillan, London, p. 131-159, 2014.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15840

YANOW, D. Neither rigorous nor objective? Interrogating criteria for knowledge claims in interpretative science. In: ____.; YANOW, D; SCHWARTZ-SHEA, P. *Interpretation and method: Empirical research methods and the interpretive turn*. Routledge, p. 67-88, 2006.

YANOW, D. Thinking Interpretively: Philosophical Presuppositions and the Human Sciences. In: YANOW, D.; SCHWARTZ-Shea, P. *Interpretation and method: Empirical research methods and the interpretive turn*. Routledge, p.5-26, 2006.

YANOW, D. Interpretive empirical political science: What makes this not a subfield of qualitative methods. *Qualitative Methods*, v. 1, n. 2, p. 9-13, 2003.

Rayza Sarmento
Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPA, pesquisadora do Margem – Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça da UFMG e coordenadora do GCODES - Grupo de Pesquisa em Gênero, Comunicação, Democracia e Sociedade, é doutora em Ciência Política (UFMG).

Filipe Motta
Professor Adjunto do Departamento de Administração Pública da UFLA e pesquisador do Margem – Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça da UFMG, é doutor em Ciência Política (UFMG).

Ricardo Fabrino Mendonça
Professor Associado do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG e coordenador do Margem – Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça da UFMG, é doutor em Comunicação Social (UFMG).

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença Creative Commons CC-BY.
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.